LARA GURGEL

Presidente do IRELGOV (Instituto de Relações Governamentais)

O lobista dentro de cada um de nós

É inegável que, no Brasil, a palavra lobby ganhou uma conotação polêmica, muitas vezes associada a negociações ilícitas ou que envolvam malas com dinheiro vivo. Só que isso não é lobby, e sim crime. O lobby, em seu sentido correto e da forma como é conhecido internacionalmente, nada mais é do que a defesa de interesses legítimos. E é exercido por todos, das esferas profissionais à vida pessoal. Portanto, sim, você também, caro leitor, faz lobby — quando tenta influenciar seus amigos a irem a determinado restaurante ou a optarem por férias na praia.

Vamos limitar nossa análise ao campo profissional. Esse é um ponto importante, pois, mesmo que a gente não perceba, somos diariamente impactados pela representação de interesses feita por empresas, sindicatos, organizações não governamentais, entidades profissionais, movimentos sociais e cidadãos que participam da formulação de leis, políticas públicas e decisões administrativas. Isso ocorre diariamente nas relações entre a sociedade e o Estado.

De acordo com instituições como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o problema não está na existência dessa atuação, que constitui uma forma legítima de participação política, mas na possibilidade de que ela ocorra de maneira oculta, desigual ou sujeita a conflitos de interesses. A saída encontrada por diversos países foi a criação de regras e o monitoramento contínuo. E é o que propomos aqui no Brasil.

Regulamentar o lobby significa tornar visíveis os participantes das decisões públicas, os interesses que representam, os argumentos que apresentam e, em alguns casos, os recursos que utilizam. Para isso, podem ser adotados mecanismos como o registro de reuniões, a identificação dos representantes, a divulgação das agendas das autoridades e a publicação de documentos e contribuições. É assim que funciona na União Europeia.

Essa transparência permite que a sociedade acompanhe de forma mais adequada o processo decisório e avalie quais influências estiveram presentes em determinada decisão. Quando os interesses envolvidos são identificados, torna-se mais fácil verificar se diferentes grupos tiveram oportunidade de participar e se os argumentos apresentados foram considerados de maneira legítima. Além disso, a divulgação dessas informações protege os próprios agentes públicos e representantes privados, pois reduz a possibilidade de suspeitas infundadas e diferencia a interlocução institucional de práticas de favorecimento.

A regulamentação também contribui para a integridade e a prevenção da corrupção, do tráfico de influência e dos conflitos de interesses. Regras sobre identificação de representantes, registro de contatos, concessão de brindes e oferecimento de vantagens a agentes públicos tornam mais difícil ocultar benefícios indevidos ou relações incompatíveis com o interesse público.

Outro objetivo fundamental é promover maior igualdade de acesso ao poder público. Uma legislação adequada deve garantir que empresas, cidadãos, organizações da sociedade civil e grupos diretamente afetados por determinada política possam participar do processo decisório.

Assim, regulamentar o lobby não significa conceder privilégios ou legitimar práticas de favorecimento, mas organizar uma atividade que há muito influencia as decisões do Estado. Uma lei bem construída deve proteger os direitos de petição e de participação social, diferenciar a representação legítima da corrupção e assegurar publicidade às relações entre interesses privados e poder público. Defendemos uma regulamentação equilibrada: rigorosa quanto à transparência e à integridade, mas simples o suficiente para não impedir o diálogo legítimo nem dificultar a participação de pequenas organizações. Dessa forma, vamos ampliar as oportunidades de participação e qualificar o processo decisório, melhorando a qualidade das políticas públicas.

VICTOR CORRÊA

Jornalista, mestre em Gestão e Políticas Públicas pela FGV

Alarme que nunca desliga

Somos péssimos videntes de nossas próprias biografias. Todos nós. Aos 20, não temos ideia do que vamos viver quando chegarmos aos 30. Mas a ansiedade, sempre ela, opera para que a gente imagine os piores cenários possíveis. Que não teremos emprego, que irão descobrir que não somos tão bons quanto parecemos, e por aí vai.

Há uma diferença, no entanto, entre a ansiedade que todos sentimos e aquela que se torna um transtorno. Pense em você num beco escuro, tarde da noite, andando sozinho. Até que percebe alguém caminhando logo atrás. A respiração fica ofegante, o coração na boca. Aí você se dá conta de que se trata apenas de um pai andando de mãos dadas com sua filha. Volta a respirar, aliviado, pelo perigo que não se confirmou.

Para quem tem um transtorno de ansiedade, o alívio pode não chegar com a mesma facilidade. O perigo não se confirmou, mas o alarme continua ligado. E a cabeça já sai procurando o próximo: a conta que talvez não feche, o exame que talvez traga notícia ruim, a mensagem que ainda não teve resposta. Não é preciso beco escuro. O medo vai junto, para onde a pessoa for.

Com o tempo, o medo acaba se confundindo com a própria pessoa. “Sou assim mesmo”, ela explica, mesmo quando a preocupação tira o sono, dificulta decisões e não dá descanso. Quem está perto também se acostuma. Em vez de perguntar se ela está bem, diz que sempre foi assim. No trabalho, às vezes, a angústia é até confundida com dedicação. O sofrimento continua, mas já não causa estranhamento.

Costumo dizer que uma crise de ansiedade é a forma mais assustadora de perder o controle do próprio corpo. De tanto passar por isso, aprendi a reconhecer quando uma crise está chegando. Não deixei de sofrer com ela. Mas hoje sei o nome do que está acontecendo, e saber o nome muda tudo. Ninguém deveria aprender isso sozinho, no susto.

Dar o nome certo, aliás, não é simples. Eu mesmo demorei a chegar a ele. Sempre falei em público e, há sete anos, passei de repente a travar nessas situações. O primeiro diagnóstico foi fobia social. Só mais tarde cheguei ao de transtorno de ansiedade generalizada (TAG). A diferença parece detalhe, mas pode mudar o tratamento. E distinguir uma coisa da outra exige o que anda mais escasso na saúde: tempo. Tempo de escuta, de pergunta, de retorno. Como garantir isso com a fila do SUS e com planos de saúde que remuneram por consulta e, na prática, premiam o volume?

Sem tempo, a receita corre o risco de chegar antes da escuta. Remédio é importante, e para muita gente é indispensável. A psicoterapia também pode ser o caminho, sozinha ou junto com a medicação. Mas indicar um psicólogo sem perguntar se a pessoa consegue chegar até ele, pagar por ele ou esperar meses por uma vaga é só transferir o problema de lugar.

Para procurar ajuda, a pessoa precisa primeiro reconhecer que aquilo é sofrimento. E “cuide da sua saúde mental” é pouco para isso. Quem cresceu achando que viver preocupado, dormir mal e esperar sempre o pior é personalidade não vai se reconhecer em uma campanha genérica dessas que vemos por aí. Precisa ouvir, com todas as letras, que aquilo tem nome, tem tratamento e tem porta de entrada.

O maior custo do “sou assim mesmo” não aparece em exame. A pessoa passa anos organizando a vida em torno do medo. Recusa a viagem, adia a mudança, não se candidata à vaga. Ninguém nota, porque renúncia não faz barulho.

Somos mesmo péssimos videntes. Mas a ansiedade prevê o fracasso com tanta convicção que a pessoa desiste antes de tentar. A vaga que ela não disputou fica com outra pessoa. E ela segue achando que não era boa o bastante, sem nunca ter se dado a chance de descobrir.

LEONARDO BOFF

Filósofo, teólogo e escritor

Um Brasil subserviente (Flávio) ou um Brasil soberano (Lula)?

O debate político entre Lula e Flávio na TV Band,no domingo, foi de péssima qualidade. Flávio não queria discutir problemas mas apenas, da forma de um moleque, desestabilizar Lula. Parecia uma intriga de botequim. Lul despertou tarde demais. E teve que suportar uma inimaginável falta de respeito e de civilidade. As urnas dirão.

Em todos os casos,nestas eleições de 2026 se joga o destino do Brasil. Um dos candidatos à Presidência, de forma antipatriótica, propõe um Brasil desavergonhadamente subserviente aos Estados Unidos de Donald Trump. Aplaudiu o tarifaço contra nossa economia. Caso ganhasse a eleição, que a desgraça não aconteça, propôs que técnicos norte-americanos ajudassem na fase de transição do governo Lula ao seu. Deste modo, o alinhamento à política e aos interesses norte-americanos estatira garantido. Ademais entregaria de bandeja nossas terras ricas e outras com função estratégicas.

Uma pessoa com intenções neocoloniais e entreguistas jamais poderia apresentar-se como candidato ao mais alto cargo da nação. Se nossa justiça realmente funcionasse menos para os interesses das elitites e mais para os coletivos do povo brasileiro, o lugar deste predentente seria a prisão por crime se corrupção, de lesa-pátria e de traição:Flávio Bolsonaro.

Se esse candidato de viés conservador e até fascista como seu pai, preso por tentativa de golpe, sair eleito, preparemo-nos para o pior, especialmente os submetidos à pobreza, os operários e funcionários públicos. Sofreriam as universidades, os centros técnicos e de pesquisa que veriam seus subsídios encurtados ou anulados.A ecologia, os indígenas, os quilombolas e as mulheres seriam temas rebaixados ou ausentes.Sem falar nas artes e na liberdade de expressão. Voltaríamos à situação de colônia, um país subalternizado, cuja identidade lhe fôra sequestrada.

É ponto de honra e sinal de amor à pátria derrotar esse inimigo da pátria, e o projeto anti-nacional que representa.

O outro candidato, vindo dos fundões do Brasil e sobrevivente da fome e da miséria, já cuidou de nossa gente por três vezes, introduzindo mudanças, jamais feitas em nossa país, em favor dos mais marginalizados com políticas sociais eficazes a ponto de tirar, segundo a ONU, o Brasil do mapa da fome, pois seu antecessor golpista deixara 33 milhões passando fome e vivendo na miséria.

Desmontou em termos culturais,educacionais e trabalhistas e outras políticas públicas quase tudo o que se havia conquistado durante séculos.

O presidente Lula, seu opositor, comparece como um dos protagonistas do multilateralismo e do conjunto dos países do Grande Sul que compõe os BRICS. Consciente de nossa soberania e da importância estratégico-ecológica de nosso pais, foi, inicialmente, o primeiro chefe de Estado que se opôs à arrogância de Donald Trump,cuja estratégia consiste em submenter os demais países com ameaças econômicas e eventulmente militares. Lula deixou claro que o “Brasil não cabe como quintal de nenhum país”.

Com senso de equilíbrio sustenta relações diplomáticas e comerciais com os EUA e simultaneamente com a China, sem dar nenhum sinal de submetimento, mas de soberania e de liberdade ao estabelecer o caminho brasileiro rumo à sua autonomia e desenvolvimento sustentável, preservando o mais que pode a floresta da Amazônia que regula os climas da maioria dos países. Sua proteção é fundamental para o equilíbrio ecológico de todo o planeta. Negocia com liberdade com dezenas de países. Na arena internacional grangeou mais e mais admiração por sua capacidade de diálogo e de respectabilidade face às suas sugestões dos problemas da humanidade.

Não poderemos de forma alguma que essa herança política e humanitária se perca e o destino do país seja entregue a alguem que não ama o Brasil e preferiria que fosse parte do destino dos EUA, hoje posto em discussão por seu processo irrefreável de decadência.

A nossa luta é romper com a dependência colonial e neocolonial de outros centros de poder e de fortalecer a fundação de um outro tipo de país, que albergue a todos os seus habitantes com dignidade e esteja aberto, dadas as ameaças que pesam sobre o planeta Terra, às fomes e sedes do mundo inteiro. Dai a importância decisiva da reeleição de Lula. Não é um problema apenas nacional mas de dimensões planetárias.

Nossa missão é manter essa luz acessa, alimentá-la e não permitir que trilhemos um camino que nos levará a um abismo. Esta seria a tragédia, caso seu opositor vencer e que nada fez para o povo brasileiro, senão colocá-lo sob a canga de um potência militarmente poderosossíma mas paupérrima em termos de humanidade, de colaboração para um destino feliz para o planeta Terra, para os povos e para o nosso país. Votarei em Lula 13.